

## Centrão quer mudar o artigo polêmico

No segundo turno de votação da futura Constituição, o Centrão propôs a alteração do parágrafo 2º do artigo 2º, criticado ontem pelo presidente José Sarney por determinar que as prisões por ordem escrita sejam feitas apenas pela autoridade judiciária. A informação foi dada pelo deputado José Lima (PFL-CE), um dos líderes do Centrão.

Esta posição coincide com a do presidente da Constituinte, deputado Ulysses Guimarães, que, no segundo turno, vai propor às lideranças partidárias a substituição da expressão "autoridade judiciária competente" por "autoridade competente", segundo informou seu assessor Miguel Realé Júnior.

Este parágrafo foi aprovado por acordo entre o Centrão e as lideranças partidárias, na sessão do último dia 4, quando aconteceram as mais rápidas votações no plenário. Havia sido negociados vários dispositivos e ninguém contestou os acordos. O pa-

rágrafo 2º foi aprovado por 421 votos, contra apenas quatro e três abstenções.

O senador José Paulo Bisol (PMDB-RS), relator da Comissão dos Direitos Individuais e autor do parágrafo criticado pelo presidente explicou que é uma norma do direito clássico a prisão apenas em flagrante ou por ordem expressa do Judiciário.

— Que garantia pode ter um cidadão comum se ele a qualquer momento pode ser preso por uma mera suspeita de um policial? Quando a ordem de prisão ser expedida apenas pela autoridade judiciária, é um princípio básico de Montequieu. Não pode haver várias autoridades responsáveis, mas apenas uma, o Judiciário, como garantia dos direitos do cidadão. Caso contrário, qualquer prefeito do interior ou guarda da esquina pode prender qualquer um, baseado apenas em uma suspeita ou em uma rivalidade política, subjetivamente, ou, por exemplo, uma acusação falsa.

## Ministros endossam as críticas

Depois de uma reunião com o presidente Sarney, no Palácio da Alvorada, pela manhã, os ministros Ronaldo Costa Couto, do Gabinete Civil, e Prisco Viana, da Habitação e Urbanismo, reforçaram as críticas contidas no programa "Conversa ao pé do Rádio" — contra a decisão da Constituinte, no capítulo das garantias e direitos individuais.

A mídia central é de que a função maior do aparelho policial seja de proteger a sociedade. Mas para isso, é preciso regras que permitam operar com eficácia.

O ministro Prisco Viana revelou que o presidente Sarney está bastante preocupado com a omissão do Congresso, ao evitar o envio de uma mensagem presidencial enviada um ano atrás alterando a Lei Pleury.

A preocupação do Presidente é válida, porque a Constituinte caminha no sentido de adotar uma legislação que vai proteger mais os criminosos do que a sociedade — disse o ministro.